

DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 29 DE JUNHO DE 1975

Aprova o Tratado da Antártida, assinado em Washington, a 1º de dezembro de 1959, e a adesão do Brasil ao referido ato jurídico internacional.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO, PRESIDENTE do SENADO FEDERAL, promulgou o seguinte:

Art. 1º - São aprovados o texto do Tratado da Antártida, assinado em Washington, a 1º de dezembro de 1959, e a adesão do Brasil ao citado ato jurídico internacional.

Art. 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, 29 de junho de 1975.

José de Magalhães Pinto

PRESIDENTE

TRATADO DA ANTÁRTIDA

Os governos da Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, República Francesa, Japão, Nova Zelândia, Noruega, União da África do Sul, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, e Estados Unidos da América;

Reconhecendo ser de interesse de toda a humanidade que a Antártida continue para sempre a ser utilizada exclusivamente para fins pacíficos e não se converta em cenário ou objeto de discórdias internacionais;

Reconhecendo as importantes contribuições dos conhecimentos científicos logrados através da colaboração internacional na pesquisa científica realizada na Antártida;

Convencidos de que o estabelecimento de uma firme base para o prosseguimento e desenvolvimento de tal colaboração com lastro na liberdade de pesquisa científica na Antártida, conforme ocorreu durante o Ano Geofísico Internacional, está de acordo com os interesses da ciência e com o progresso de toda a humanidade;

Convencidos, também, de que um tratado que assegure a utilização da Antártida somente para fins pacíficos e de que o prosseguimento da harmonia internacional na Antártida fortalecerão os fins e princípios corporificados na Carta das Nações Unidas,

Concordaram no seguinte:

ARTIGO I

1. A Antártida será utilizada somente para fins pacíficos. Serão proibidas, inter alia, quaisquer medidas de natureza militar, tais como o estabelecimento de bases de fortificações, a realização de manobras militares, assim como as experiências com quaisquer tipos de armas.

2. O presente tratado não impedirá a utilização de pessoal ou equipamento militar para pesquisa científica ou para quaisquer outro propósito pacífico.

ARTIGO II

Persistirá, sujeita às disposições do presente tratado, a liberdade de pesquisa científica na Antártida e de colaboração para este fim, conforme exercida durante o Ano Geofísico Internacional.

ARTIGO III

1. A fim de promover a cooperação internacional para a pesquisa científica na Antártida, como previsto no artigo II do presente tratado, as partes contratantes concordam, sempre que possível e praticável, em que:

a) a informação relativa a planos para programas científicos, na Antártida, será permutada a fim de permitir a máxima economia e eficiência das operações;

b) o pessoal científico na Antártida, será permutado entre expedições e estações;

c) as observações e resultados científicos obtidos na Antártida serão permutados e tornados livremente utilizáveis.

2. Na implementação deste artigo, será dado todo o estímulo ao estabelecimento de relações de trabalho cooperativo com as agências especializadas das Nações Unidas e com outras organizações internacionais que tenham interesse científico ou técnico na Antártida.

ARTIGO IV

1. Nada que se contenha no presente tratado poderá ser interpretado como:

a) renúncia, por quaisquer das partes contratantes, a direitos previamente invocados ou a pretensões de soberania territorial na Antártida;

b) renúncia ou diminuição, por quaisquer das partes contratantes, a qualquer base de reivindicação de soberania territorial na Antártida que possa ter, quer como resultado de suas atividades, ou de seus nacionais, na Antártida, quer por qualquer outra forma;

c) pré-julgamento da posição de qualquer das partes contratantes quanto ao reconhecimento dos direitos ou reivindicações ou bases de reivindicação de algum outro estado quanto à soberania territorial na Antártida.

2. Nenhum ato ou atividade que tenha lugar, enquanto vigorar o presente tratado, constituirá base para proclamar, apoiar ou contestar reivindicação sobre soberania territorial na Antártida ou para criar direitos de soberania na Antártida. Nenhuma nova reivindicação, ou ampliação de reivindicação existente, relativa à soberania territorial na Antártida será apresentada enquanto o presente tratado estiver em vigor.

ARTIGO V

1. Ficam proibidas as explosões nucleares na Antártida, bem como o lançamento ali de lixo ou resíduos radioativos.

2. No caso da conclusão de acordos internacionais sobre a utilização da energia nuclear, inclusive as explosões nucleares e o lançamento de resíduos radiativos, de que participem todas as partes contratantes, cujos representantes estejam habilitados a participar das reuniões previstas no artigo X, aplicar-se-ão à Antártida as regras estabelecidas em tais acordos.

ARTIGO VI

As disposições do presente tratado aplicar-se-ão à área situada ao sul de 60 graus de latitude sul, inclusive às plataformas de gelo, porém nada no presente tratado prejudicará e, de forma alguma, poderá alterar os direitos ou exercícios dos direitos, de qualquer estado, de acordo com o direito internacional aplicável ao alto-mar, dentro daquela área.

ARTIGO VII

1. A fim de promover os objetivos e assegurar a observância das disposições do presente tratado, cada parte contratante, cujos representantes estiverem habilitados a participar das reuniões previstas no artigo IX, terá o direito de designar observadores para realizarem os trabalhos de inspeção previstos no presente artigo. Os observadores deverão ser nacionais das partes contratantes que os designarem. Os nomes dos observadores serão comunicados a todas as outras partes contratantes, que tenham o direito de designar observadores e idênticas comunicações serão feitas ao terminarem sua missão.

2. Cada observador, designado de acordo com as disposições do parágrafo 1 deste artigo, terá completa liberdade de acesso, em qualquer tempo, a qualquer e a todas as áreas da Antártida.

3. Todas as áreas da Antártida, inclusive todas as estações, instalações e equipamentos existentes nestas áreas, e todos os navios e aeronaves em pontos de embarque na Antártida estarão a todo tempo abertos à inspeção de quaisquer observadores designados de acordo com o parágrafo 1 deste artigo.

4. A observação aérea poderá ser efetuada a qualquer tempo, sobre qualquer das áreas da Antártida, por qualquer das partes contratantes que tenha o direito de designar observadores.

5. Cada parte contratante no momento em que este tratado entrar em vigor, informará as outras partes contratantes e daí por diante darão notícia antecipada de:

a) todas as expedições com destino à Antártida, por parte de seus navios ou nacionais, e todas as expedições à Antártida organizadas em território ou procedente do mesmo;

b) todas as estações antárticas que estejam ocupadas por súditos de sua nacionalidade; e

c) todo o pessoal ou equipamento militar que um país pretenda introduzir na Antártida, observadas as condições previstas no parágrafo 2 do artigo I do presente tratado.

ARTIGO VIII

1. A fim de facilitar o exercício de suas funções, de conformidade com o presente tratado, e sem prejuízo das respectivas posições das partes contratantes relativamente à jurisdição sobre todas as pessoas na Antártida, ou observadores designados de acordo com o parágrafo 1 do artigo VII, e o pessoal científico intrecambiano de acordo com o subparágrafo 1, b, do artigo III deste tratado, e os auxiliares que acompanhem as referidas pessoas, serão sujeitos apenas à jurisdição da parte contratante de que sejam nacionais, a respeito de todos os atos ou omissões de que realizarem, enquanto permanecerem na Antártida, relacionados com o cumprimento de suas funções.

2. Sem prejuízo das disposições do parágrafo 1 deste artigo, e até que sejam adotadas as medidas previstas no subparágrafo 1, e, do artigo XI, as partes contratantes interessadas em qualquer caso de litígio, a respeito do exercício de jurisdição na Antártida, deverão consultar-se conjuntamente com o fim de alcançarem uma solução mutuamente aceitável.

ARTIGO IX

1. Os representantes das partes contratantes, mencionadas no preâmbulo deste tratado, reunir-se-ão na cidade de Camberra, dentro de dois meses após a entrada em vigor do tratado, e daí por diante sucessivamente em datas e lugares convenientes, para o propósito de intercambiarem informações, consultarem-se sobre matéria de interesse comum pertinente à Antártida e

formular, considerarem e recomendarem a seus governos medidas concretizadoras dos princípios e objetivos do tratado, inclusive as normas relativas ao:

- a) uso da Antártida somente para fins pacíficos;
- b) facilitação de pesquisas científicas na Antártida;
- c) facilitação da cooperação internacional da Antártida;
- d) facilitação do exercício do direito de inspeção previsto no artigo VII do tratado;
- e) questões relativas ao exercício de jurisdição na Antártida;
- f) preservação e conservação dos recursos vivos na Antártida.

2. Cada parte contratante que se tiver tornado membro deste tratado por adesão, de acordo com o artigo XIII, estará habilitado a designar representantes para comparecerem às reuniões referidas no parágrafo 1 do presente artigo, durante todo o tempo em que a referida parte contratante demonstrar seu interesse pela Antártida, pela promoção ali de substancial atividade de pesquisa científica, tal como o estabelecimento de estação científica ou o envio de expedição científica.

3. Os relatórios dos observadores referidos no artigo VII do presente tratado deverão ser transmitidos aos representantes das partes contratantes que participarem das reuniões previstas no parágrafo 1 do presente artigo.

4. As medidas previstas no parágrafo 1 deste artigo tornar-se-ão efetivas quando aprovadas por todas as partes contratantes, cujos representantes estiverem autorizados a participar das reuniões em que sejam estudadas tais medidas.

5. Todo e qualquer direito estabelecido no presente tratado poderá ser exercido a partir da data em que o tratado entrar em vigor, tenham ou não sido propostos, considerados, ou aprovados, conforme as disposições deste artigo, as medidas destinadas a facilitar o exercício de tais direitos.

ARTIGO X

Cada uma das partes contratantes compromete-se a empregar os esforços apropriados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas, para que ninguém exerça na Antártida qualquer atividade contrária aos princípios e propósitos do presente tratado.

ARTIGO XI

1. Se surgir qualquer controvérsia entre duas ou mais das partes contratantes, a respeito da interpretação ou aplicação do presente tratado, estas partes

contratantes se consultarão entre si para que o dissídio se resolva por negociação, investigação, mediação, conciliação, arbitramento, decisão judicial ou outro meio pacífico de sua escolha.

2. Qualquer controvérsia dessa natureza, que não possa ser resolvida por aqueles meios, será levada à Corte Internacional de Justiça, com o consentimento, em cada caso, de todas as partes interessadas. Porém, se não for obtido um consenso a respeito do encaminhamento da controvérsia à Corte Internacional, as partes em litígio não se eximirão da responsabilidade de continuar a procurar resolvê-la por qualquer dos vários meios pacíficos referidos no parágrafo 1 deste artigo.

ARTIGO XII

1. a) O presente tratado pode ser modificado ou emendado em qualquer tempo, por acordo unânime das partes contratantes cujos representantes estiverem habilitados a participar das reuniões previstas no artigo IX. Qualquer modificação ou emenda entrará em vigor quando o governo depositário tiver recebido comunicação, de todas as partes contratantes, de a haverem ratificado.

b) Tal modificação ou emenda, daí por diante, entrará em vigor em relação a qualquer outra parte contratante quando o governo depositário receber notícia de sua ratificação. Qualquer parte contratante de que não se tenha notícia de haver ratificado, dentro de dois anos a partir da data da vigência da modificação ou emenda, de acordo com a disposição do subparágrafo 1, a, deste artigo, será considerada como se tendo retirado do presente tratado na data da expiração daquele prazo.

2. a) Se, depois de decorridos trinta anos da data da vigência do presente tratado, qualquer das partes contratantes, cujos representantes estiverem habilitados a participar das reuniões previstas no artigo IX, assim o requerer, em comunicação dirigida ao governo depositário, uma conferência de todas as partes contratantes será realizada logo que seja praticável para rever o funcionamento do tratado.

b) Qualquer modificação ou emenda ao presente tratado, que for aprovada em tal conferência pela maioria das partes contratantes nela representadas, inclusive a maioria daquelas cujos representantes estão habilitados a participar das reuniões previstas no artigo IX, será comunicada pelo governo depositário a todas as partes contratantes imediatamente após o término da conferência e entrará em vigor de acordo com as disposições do parágrafo 1 do presente artigo.

c) Se qualquer modificação ou emenda não tiver entrado em vigor, de acordo com as disposições do subparágrafo 1, a, deste artigo, dentro do período de dois anos após a data de sua comunicação a todas as partes contratantes, qualquer parte contratante poderá, a qualquer tempo após a expiração daquele prazo, comunicar ao governo depositário sua retirada do presente tratado, e

esta retirada terá efeito dois anos após o recebimento da comunicação pelo governo depositário.

ARTIGO XIII

1. O presente tratado estará sujeito à ratificação por todos os estados signatários. Ficará aberto à adesão de qualquer estado que for membro das Nações Unidas, ou de qualquer outro estado que possa ser convidado a aderir ao tratado com o consentimento de todas as partes contratantes cujos representantes estiverem habilitados a participar das reuniões previstas no artigo XI do tratado.

2. A ratificação ou a adesão ao presente tratado será efetuada por cada estado de acordo com os seus processos constitucionais.

3. Os instrumentos de ratificação ou de adesão estão depositados junto ao Governo dos Estados Unidos da América, aqui designado governo depositário.

4. O governo depositário informará todos os estados signatário e dos aderentes, da data de cada depósito de instrumento de ratificação ou adesão e da data de entrada em vigor do tratado ou de qualquer emenda ou modificação.

5. Feito o depósito dos instrumentos de ratificação por todos os estados signatários, o presente tratado entrará em vigor para qualquer estado aderente na data do depósito do instrumento de adesão.

6. O presente tratado será registrado pelo governo depositário, de conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

ARTIGO XIV

O presente tratado, feito nas línguas inglesa, francesa, russa e espanhola, em versões igualmente idênticas, será depositada nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América, que enviará cópias aos governos dos estados signatários e aderentes.